

## **Uma “nova filantropia” na sociedade brasileira: o Investimento Social Privado**

Por Marcos Kisil\*

### **Introdução**

A noção de filantropia é suficientemente antiga para ser tomada como elemento constituinte natural das sociedades atuais. Isso pode ser o resultado de um valor intrínseco aos seres humanos: a solidariedade. Esse valor consiste no fato de a necessidade de um ser humano ser interiorizada por outro e de essa interiorização levar a uma reação (portanto, uma ação) desse indivíduo, justificada pelo mero fato de que existe alguém com uma necessidade que precisa ser atendida.

Essa qualidade humana é valorizada em praticamente todas as religiões e culturas. Assim, a solidariedade deve ser entendida como o reconhecimento e uso por parte do doador de que ele é possuidor de diversos dons, talentos, capacidades e bens, que devem ser colocados, gratuitamente, à disposição das necessidades de outras pessoas.

Com o evoluir da humanidade, porém, esse entendimento foi se concentrando nos bens e, particularmente, nos recursos financeiros que poderiam ser disponibilizados para os necessitados. Assim, surge a filantropia que aqui chamaremos de “tradicional” - baseada na decisão de indivíduos que, voluntariamente, atendem aos necessitados, mas de forma assistencialista, isto é, partindo das necessidades básicas de sobrevivência do ser humano, como alimentação, vestimenta, albergue etc. Essa postura está inserida dentro de uma visão bastante difundida pelas religiões, que é o entendimento de que “dar” é uma expressão de amor ao próximo e, conseqüentemente, a satisfação de um desígnio divino.

O entendimento da filantropia “tradicional” ainda é muito importante em nossos dias. Ele representa um segmento da sociedade civil que, diante da necessidade do ser humano e de sua incapacidade de acessar recursos, programas e serviços de responsabilidade dos governos, organiza-se dentro de um sistema alternativo para prover esses bens e serviços, por meio de recursos privados colocados em benefício público. Embora de relevância na constituição de uma sociedade mais justa e solidária, essa

visão alternativa não traz mudanças das relações existentes dentro da sociedade. Assume papel complementar à ineficiência do Estado, aproximando-se de uma visão caritativa para com os excluídos dos bens e serviços oferecidos pelo setor público.

Há, porém uma segunda abordagem para a filantropia. É quando ela atua como um segmento da sociedade civil que busca construir um sistema alternativo da situação de exclusão do ser humano, seja ela representada pela exclusão social ou pela econômica, política ou cultural. Essa abordagem utiliza o recurso privado para o benefício público, buscando transformar a sociedade, a partir de programas e projetos criativos, testes modelos que tornam serviços e bens mais acessíveis, construção de relações entre diferentes setores e grupos sociais, geração de capital humano e social, influência em políticas públicas. Seu compromisso é com a mudança da sociedade, com a alteração do *status quo*.

As duas abordagens apresentam-se dentro da própria evolução histórica do conceito de filantropia em nossa sociedade, de influência ocidental cristã. Assim, hoje, no Brasil, convivem dois modelos ou paradigmas de filantropia: o “tradicional” e o “novo”.

### **Filantropia “Tradicional” x Nova Filantropia**

O conceito original de filantropia, desenvolvido no início do século passado, tal como apresentado por Waldemar A. Nielsen, no livro “*Inside American Philanthropy*”, parte do princípio de que a ação social não começa devido à aceitação de um conceito traduzido no planejamento estratégico de uma entidade ou organização especializada em fazer doações. Ela nasce, fundamentalmente, da decisão individual de um possuidor de bens ou recursos financeiros, que acredita que esses recursos doados a uma entidade ou a uma causa podem fazer a diferença na vida de uma pessoa.

Isso explica a própria origem etimológica da palavra filantropia, que significa “amizade pela humanidade”. Ela é a expressão do compromisso de um indivíduo consigo mesmo em fazer o uso misericordioso de recursos dos quais ele é o único e exclusivo possuidor. É um compromisso individual de uma pessoa que chamamos de “filantropo”, “mecenas”, ou simplesmente “doador”. Quando pessoas com esse perfil sabem institucionalizar sua filantropia, despontam fundações como a Rockefeller, Kellogg, Carnegie.

Se para esse entendimento da filantropia Nielsen estudou personagens norte-americanas, no Brasil, ela também tem seus correspondentes. Não é raro encontrarmos pessoas que marcaram a história recente da filantropia brasileira, seja doando para ações de saúde (Conde Francisco Matarazzo e o Hospital Matarazzo), seja nas artes (Assis Chateaubriand e o Museu de Arte de São Paulo) ou em outras áreas.

Porém, em nosso caso, infelizmente, esses ilustres personagens foram “fundamentais”, “insubstituíveis” nas organizações que receberam seus apoios, sem conseguir instituir no interior de suas famílias ou negócios a continuidade de sua filantropia. Foi uma filantropia personalizada e personificada, que assistiu ao desmonte de organizações filantrópicas porque seu instituidor faleceu. Esta lição obriga a pensar em como institucionalizar ações individuais para que se tornem perenes, uma questão importante para a “nova filantropia”.

Outro aspecto muito difundido pela filantropia “tradicional” é a idéia de que basta dar dinheiro para resolver qualquer problema. Mas como já apontava Aristóteles, no século IV a.C., no segundo livro do *Nicomachean Ethics* “(...) qualquer um (...) pode dar seu dinheiro ou gastá-lo; mas fazê-lo à pessoa certa, na quantidade apropriada, no momento oportuno, pela razão correta, e da maneira certa, não é tarefa fácil que qualquer um pode fazer. Por esta razão é que a boa conduta nestas práticas é rara, deve ser valorizada, e é nobre”.

Assim, como já previa o pensador grego, a doação requer um nível de profissionalização, que não passa simplesmente pela vontade de se ser um doador, mas de como transformar a doação em um investimento social, baseado num pensamento estratégico, em busca de um melhor resultado.

Em certo sentido, doar é também um “negócio”. Não no sentido capitalista que conhecemos, de sempre se buscar uma vantagem financeira para o capitalista, mas no sentido de maximizar resultados e/ou impactos dos benefícios para o bem comum. Isso implica em entender que todo e qualquer recurso doado deve atender a questões básicas como: onde investir; como investir; como monitorar e avaliar; como buscar o maior retorno por unidade de investimento; ou como fazer uso de instrumentos de planejamento, gestão e avaliação de maneira regular. Doar é um ato que deve ser

estratégico, eficiente e eficaz. Isto exige recursos humanos adequadamente preparados para atuarem como verdadeiros profissionais do doar dentro de uma “nova filantropia”.

Outro elemento importante para a “nova filantropia” é o entendimento sobre o bem-comum. Talvez o melhor ponto de partida para essa compreensão seja a Carta Universal dos Direitos Humanos. Lançada em 1948 pela Organização das Nações Unidas, ela definiu os valores básicos que deveriam ser buscados por toda a humanidade, e por todas as nações e governos - sem preconceitos de cor, sexo, idade, nacionalidade ou qualquer outro elemento que poderia ser discriminatório ao direito de todo indivíduo à felicidade e à auto-realização.

Esse documento foi importante porque permitiu reconhecer um conjunto de valores e necessidades para se atingir o bem-comum. Neste sentido, a “nova filantropia” deve estar comprometida em garantir os direitos fundamentais das populações, tais como direito, justiça, saúde, educação etc. O entendimento sobre o bem-comum foi progressivamente sendo ampliado na segunda metade do século XX, ora valorizando os direitos para grupos sociais negligenciados no atendimento de seus direitos (criança, mulher, deficiente, idoso), ora causas que buscam a sustentabilidade da vida no planeta Terra (questão ambiental, nutricional, sanitária, acesso à justiça, oportunidade de geração de renda e trabalho).

### **Novos atores e a intersectorialidade**

O Brasil está assistindo ao alvorecer de um novo personagem que poderíamos chamar de “investidor social”. São pessoas que escolheram, voluntariamente, alocar recursos próprios para o bem-comum, de forma eficiente. Para tanto procuram as melhores decisões estratégicas para definir seus focos e formas de atuação, suas prioridades, estrutura de gestão e monitoramento, avaliação de resultados e impactos pretendidos para transformar a sociedade e, assim, alcançar a melhoria sustentável da qualidade de vida do beneficiário ou de sua comunidade. Esses atores agem num contexto em que ainda predomina a cultura da filantropia “tradicional”, caracterizada por uma visão caritativa, assistencialista, paternalista, geradora de dependência do beneficiado com relação ao seu benemérito, o que proporciona pouca alteração do *status quo*.

A “nova filantropia” ou o chamado “investimento social” busca, assim, atender aos direitos do cidadão como ponto central de sua ação, colocando também em evidência a questão da sustentabilidade do planeta e do próprio homem dentro dele. Não aceita a exclusão de milhões de seres humanos do acesso a oportunidades para seu desenvolvimento e felicidade. Assim, sua área de interesse se expande do social para o ambiental, para o econômico e para o político, buscando eliminar a exclusão de importante parcela dos seres humanos. Trata-se de entender o investimento social não como uma expressão externa à responsabilidade social do indivíduo, da empresa, ou da família, mas como uma relação com o desenvolvimento sustentável da humanidade como um todo.

A “nova filantropia”, portanto, passou a buscar uma inserção em temas de maior complexidade, exigindo maior planejamento estratégico e estruturação, maior profissionalismo, articulação como os próprios governos, mundo empresarial, com a sociedade civil organizada, universidades e, muitas vezes, com as próprias igrejas, que ainda seguem uma filantropia “tradicional”.

Com esta articulação, a “nova filantropia” busca aperfeiçoar sua adequação à realidade, encontrando uma melhor definição de papéis, bem como nichos estratégicos de atuação. Então, o que observamos, hoje, é que o investimento social pode assumir tanto tarefas complementares como suplementares ao Estado. A seguir, descreveremos alguns desses papéis.

### **Complementaridade**

O papel de complementaridade do investimento social é muito fácil de entender. Existem bolsões de populações que não têm acesso a serviços públicos. Elas não têm acesso a direitos da cidadania e oportunidades para auto-realização. Por isso, alguns investidores sociais passam a fazer um trabalho que complementa o papel do Estado. Um exemplo disso é a chamada educação complementar, que atende crianças e adolescente através de atividades não oferecidas pela escola pública, em períodos contrários ao ensino escolar regular.

### **Substituição**

O caso da substituição do Estado segue a mesma linha. O Estado não faz determinado investimento social, então o investidor o faz. Sem traçar juízos de valor, é quando o modelo do Estado não funciona, e essa função é assumida completamente pela iniciativa privada. O caso das escolas da Fundação Bradesco é um bom exemplo.

## **Redistribuição**

A redistribuição de riqueza é feita quando grupos marginalizados são estimulados a criarem projetos de geração de renda. Nesse caso, o dinheiro da fundação é uma alavanca de novas oportunidades de negócio, gerando riquezas e um novo circuito de acumulação. É o caso das cadeias produtivas (caju, pesca, artesanato) apoiadas pela Fundação Banco do Brasil.

## **Inovação**

Outro papel assumido por um grupo grande de entidades é o da inovação, isto é, quando desenvolvem ações que afetam tanto o processo, quanto os resultados e impactos do desenvolvimento social. Esse é um processo bastante interessante, mas que envolve muitos riscos: riscos de que o trabalho da fundação não dê certo; de que a sociedade não a entenda; de que o processo de sustentabilidade para um novo modelo não seja tão simples quanto se imagina; de, eventualmente, não se ter elementos críticos necessários para se fazer o trabalho... Este é o caso do Instituto Ayrton Senna e de sua preocupação com a melhoria do ensino na escola pública, gerando tecnologias sociais para motivar a participação de alunos, professores, diretores de escolas, autoridades públicas e empresários.

## **Mudanças de Políticas Sociais**

O auxílio à formulação de políticas públicas é um ponto cada vez mais importante para os investidores sociais. Isso porque as pessoas estão percebendo que os problemas sociais superam a capacidade de intervenção individual, exigindo a criação de uma política pública mais abrangente. Fica claro que, sem esse tipo de ação, o projeto particular vai ficar isolado e não alcançará resultados tangíveis para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Caso exemplar é o da Fundação Abrinq, que busca a completa implantação das diretrizes dos Direitos da Infância e Adolescência.

## **Preservação de tradição e cultura**

Nesse caso, há um problema. No Brasil, a Lei Rouanet, criada para incentivar o uso de recursos privados para a área da cultura, progressivamente se transformou na única forma de apoiá-la. Como incentivo fiscal que resulta em pagar parte do imposto de renda devido a um projeto cultural, ela se transformou num instrumento de política cultural, já que substituiu os recursos públicos orçamentários, e desencorajou o mecenato desinteressado. De certa forma, essa lei retirou os recursos públicos e

ainda restringiu o ímpeto daqueles que, voluntariamente, poderiam trabalhar com cultura, uma vez que eles passaram a buscar apenas vantagens a partir dos incentivos fiscais. É, portanto, uma situação delicada e preocupante, que, provavelmente, vai acometer outras áreas, como as do esporte e do meio ambiente, que já estão brigando para ter incentivos fiscais.

### **Apoio ao Pluralismo**

Para completar, vale lembrar que muitas organizações estão trabalhando com minorias historicamente negligenciadas. Esse trabalho é importante e é preciso progredir mais rapidamente nos próximos anos.

### **Características do investimento social**

Os novos filantropos contam com um alto grau de empreendedorismo, isto é, são indivíduos que querem criar programas mais inteligentes, mais capazes, mais sustentáveis. São pessoas que não se satisfazem em ter uma causa, desejam ter também o melhores instrumentos para fazer uso dos recursos e, ao mesmo tempo, influenciar a maneira como a sociedade pode ser beneficiada por eles.

Além disso, são indivíduos que percebem que não adianta apenas dar dinheiro a um projeto. Entendem que é preciso fortalecer instituições nesse processo - e por isso a sustentabilidade das organizações passa a ser objeto de preocupação. Alguns novos filantropos são ousados, assumem mais riscos, e estão, progressivamente, articulando-se para mediar, conjuntamente, interesses de diferentes organizações ou traçar soluções comuns para os problemas.

Por outro lado, preocupam-se com a efetividade no trabalho desenvolvido, exigem a realização de avaliações continuadas, a construção de indicadores, exibição de resultados, transparência, além do estabelecimento de alianças, parcerias, redes intersetoriais e alinhamentos estratégicos.

*\*Marcos Kisil é presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), São Paulo, Brasil.*